

### III ENCONTRO MINISTERIAL DE CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DA CPLP

DATA E LOCAL: 5 a 7 de maio de 1999 – Lisboa – Fundação Portuguesa das Comunicações

COMPARECIMENTO: Secretário Executivo Dr. Marcolino Moco – Ministro Luiz Vinhaes

PARTICIPANTES: ver anexo 1

FORMATO: Sessão Ministerial I – sessão de abertura pela Secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Dra. Leonor Coutinho; discurso do Secretário Executivo da CPLP (ver Anexo 2); aprovação de metodologia, organização interna, agenda, programa. (Intervenções dos representantes dos países participantes (ver Brasil, anexo 3, e Cabo Verde, anexo 4, ASSUNTO para os demais.).

Sessão técnica I – Redes de telecomunicações – ST II – Interligação – ST III – Sector Postal.

Sessão Ministerial II – Aprovação da “Declaração de Lisboa “ (ver anexo 5); aceitação da proposta do Brasil para sediar o próximo Encontro no 1º semestre de 2000, juntamente com o Encontro da AICEP;

encerramento pela Dra. Leonor Coutinho (ver anexo 6)

ASSUNTO:

1. O ambiente do Encontro dificilmente poderia mais cordial. A maioria dos participantes ou já tinha estabelecido relacionamento pessoal com vários dos outros ou suas organizações o tinham. Há uma grande tradição de contactos, colaboração e cooperação no setor.
2. O Brasil participou pela primeira vez de Encontro da área.
3. Nas intervenções:
  - A. **Angola**: não havendo mandado representação técnica, o Embaixador em Lisboa limitou-se a palavras genéricas de congratulações;
  - B. **Guiné-Bissau**: Sr. Pedro Gomes Rodrigues – Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações - Agradeceu à CPLP sua intervenção na crise. Assinalou a importância desses Encontros para a convergência de políticas na área. Assinalou que o quadro geral está diferente desde o II Encontro, graças à implementação dos serviços, à liberação do setor e a criação de órgãos reguladores. Especificamente, sobre a situação da Guiné, disse que: a) foram causados graves danos à infra-estrutura; b. não há meios de obter financiamentos para a recuperação; c. a situação dos correios é péssima, há falta de investimentos e de uma nova lei reguladora. Assinalou que a situação se havia degradado a ponto de se ter interrompido a comunicação entre Bissau e o interior.

C. **Moçambique:** Engenheiro António Fernando – Vice-Ministro dos Transportes e Comunicações – Ressaltou a ação conjunta para a eleição do Brasil para a Vice-Presidência da UIT e a utilização do português em encontros internacionais. Pontuou: a. a acção da CTC, do INC como órgão regulador, da CTCM na área de telefonia celular, a criação dos corredores de comunicação de Maputo e Beira; investimentos da ordem de 100 M. U.S. visando atingirem dois telefones por cem habitantes em 2007; b. a inexistência de “know-how” adequado; c. a privatização dos operadores, com adopção de investimentos externos até 30% dentro de 5 anos, aumentadas após para 50%; d. acesso livre a todos os serviços tanto de telefonia móvel quanto fixa; e. obtenção dos serviços a preços acessíveis à população, para o que os custos deveriam ser financiados por fundos de operadores privados e estatais. Quanto aos CCM, afirmou que estavam em fase de expansão, cogitando-se da entrada em operações financeiras.

D. **Portugal:** Dra. Leonor Coutinho – Secretária de Estado da Habitação e Comunicações- Inicialmente estendeu-se sobre a cooperação bi e multilateral realizada por Portugal com os demais Estados.

Sobre telefonia celular assinalou: A) a sabedoria política portuguesa em permitir três operadores e deixar o mercado reduzi-los a dois; B) que atinge o uso a 30% da população, devendo aproximar-se da percentagem da telefonia fixa; C) que até o momento o investimento ainda não tinha produzido lucro;

Sobre a INTERNET : A) já expandida para organizações de ensino até nível liceal e, em breve, o seria a nível da primária; B) crescimento de 100% / ano; c) o acesso é o mais barato da Europa;

Sobre TV Cabo: A) apesar da liberalização total, 90% dos serviços são fornecidos por apenas um grupo; B) a maioria das licenças concedidas não se traduziu em investimentos; C) já atinge 2.000.000 de residências; D) em 2 anos deverá atingir de 1/3 a 1/2 das mesmas; E) ao final do 1º ano já produzia retorno do investimento; F) a TV paga já alargou-se para canais de filmes (com pouco sucesso) e desporto (com enorme sucesso);

Sobre TELECOM: A) já propiciou associações com outras organizações, como negociar 2,5% da participação com a Microsoft, o que deverá prosseguir com organizações bancárias; B) expansão para serviços específicos: medicina, velhos, crianças, hospitais, ensino; C) ganhou concorrência para a rádio digital; D) espera-se regulamentação para a área de TV digital terrestre; E) cuida de criar uma rede especial de emergência com um só operador, incluindo polícia, bombeiros, pronto-socorro, etc.;

Sobre internacionalização: A) assinalou investimentos no Brasil e Botswana. Afirmou que a companhia está descapitalizada; B) observou que uma das dificuldades da TELECOM em seus investimentos é que Portugal não possui indústria de telecomunicações, mas referiu que isto pode ser uma vantagem para o país recipiendário, pois a TELECOM pode adquirir equipamento e tecnologia de várias fontes;

Sobre legislação : já está pronta a nova legislação sobre regulamentação, bem como a nova remuneração.

Correios – elogiou os correios, que contam com leitores digitais, rede de distribuição automática, cobranças várias ( o que equivale a agir como uma caixa económica postal, agora

em futura associação CGD-CTT, transformando-se em banco postal, inclusivamente para angariar poupanças), desenvolvendo as PAC, onde far-se-á até legalização de fotocópias.

E. **São Tomé e Príncipe** : - Comandante Luiz Alberto dos Prazeres – Ministro das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente – Assinalou a colaboração já obtida na UPU e a cooperação com Portugal. Os correios agora entregam cartas em um dia nas áreas urbanas e em dois nas rurais. Observou a expansão do uso de telefonia celular e da INTERNET. No período 98/99 houve crescimento de 16% nas chamadas internas e 15% nas internacionais.

4. Conclusões das Sessões Técnicas – ver anexo 7

5. Declaração de Lisboa (ver anexo 5). O intróito foi igual ao do II Encontro. Ratifica as recomendações das três sessões técnicas (ver anexo 7) As consideranda, por sua vez, foram substancialmente alteradas, reflectindo a evolução do setor no período. No acordo final introduziram o tema Timor-Leste e obtenção da paz nos países da Comunidade.

#### PROVIDÊNCIAS:

Neste Encontro não recebeu o Secretariado nenhuma incumbência específica, senão a de “acompanhar a aplicação das recomendações”

Luiz Vinhaes da Costa